

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 522.997 - SP (2019/0214729-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
GUSTAVO SIQUEIRA MARQUES - SP347855  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : WELLINGTON GUSTAVO OLIVEIRA SANTOS (PRESO)  
**OUTRO NOME** : WELLINGTON GUSTAVO DE OLIVEIRA SANTOS  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de WELLINGTON GUSTAVO OLIVEIRA SANTOS (ou WELLINGTON GUSTAVO DE OLIVEIRA SANTOS), apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (HC n. 2111115-31.2019.8.26.0000).

Consta dos autos que o paciente foi preso em flagrante (convertida a custódia em prisão preventiva) em razão da suposta prática do delito tipificado no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006.

Inconformada, a defesa impetrou *habeas corpus* no Tribunal de origem, mas a ordem foi denegada (e-STJ fls. 100/106).

Na presente oportunidade, a impetrante pleiteia a revogação da prisão preventiva, alegando que o decreto cautelar carece de fundamentação idônea e que não estão presentes os requisitos para o encarceramento provisório. Pugna, ainda, pela substituição da custódia corporal, se for o caso, por medidas cautelares alternativas.

O pleito urgente foi indeferido (e-STJ fls. 114/115).

Prestadas as informações (e-STJ fls. 152/153), o Ministério Público Federal manifestou-se pela prejudicialidade da impetração (e-STJ fl. 181).

É o relatório. **Decido.**

# *Superior Tribunal de Justiça*

Consoante as informações prestadas pelo Juiz *a quo*, em 3/7/2019, sobreveio sentença condenatória nos autos da ação penal originária, tendo sido expedido alvará de soltura em favor do réu (e-STJ fl. 145).

Assim, fica sem objeto o pedido contido na inicial, em que a defesa se insurgia contra a custódia cautelar do paciente.

Ante o exposto, com base no art. 34, inciso XI, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, julgo **prejudicado** o presente *habeas corpus*.

Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator